

# Manaus Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.584.854/0001-37

## Relatório anual da Administração

**Prezados Acionistas,** A Administração da Manaus Transmissora de Energia S.A. ("Manaus" ou "Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as suas correspondentes Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2019, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

**Mensagem da Administração.** O ano de 2019 foi um ano muito importante e marcante para a Manaus Transmissora. Passamos por nossa segunda revisão tarifária, que, principalmente por conta da redução do custo de capital de terceiros, gerou uma redução de 5,8% da nossa RAP, atingindo o valor de R\$199,0 milhões e R\$165,4 milhões. Concluímos também a troca de determinados equipamentos vinculados a concessão e assim asseguramos a disponibilidade da linha de transmissão e evitar novas perdas por indisponibilidades no futuro. Além disso, tivemos êxito em importantes acordos de processos civis, litígios em que a Companhia estava envolvida o que proporcionou redução expressiva dos passivos contingentes, importante saneamento para otimização dos resultados futuros e estabilidade ainda maior de nossa geração de caixa livre. Diante dos fatos acima mencionados, a Companhia concluiu que o sistema elétrico brasileiro interligado, sob o regime de transmissão de milhões, uma redução de 17% em relação a 2018, e uma margem EBITDA no exercício corrente de 90%. O lucro líquido, atingiu R\$57,9 milhões, uma redução de 26% em relação a 2018, principalmente, em função do acimo reportado. A Manaus encerrou o ano com caixa livre positivo de R\$ 46,9 milhões e capacidade plena de cumprir suas obrigações e dar andamento em seu plano de negócios. A Manaus, por conta de obrigações a serem cumpridas no início do ano de 2020, necessitou de reforço de liquidez para cumprir com tais obrigações, tendo sido realizado o contrato de concessão de serviço público de energia elétrica com prazo de concessão de 30 anos, com início em 10/01/2020, com o objetivo de garantir as reservas dadas em garantia aos empréstimos junto a BNDES e BASA. Como os financiadores não aprovaram a tempo, a Manaus teve que captar um capital de giro de R\$ 29 milhões junto ao banco Itaú. Esse capital de giro será pago assim que os financiadores aprovarem as substituições. As perspectivas para 2020 são melhores, o que nos motiva ainda mais a seguir resilientemente, determinados para continuar a trilhar o caminho da excelência operacional e financeira. Mais do que nunca, queremos ser reconhecidos como uma das empresas de referência no setor elétrico no que tange às boas práticas empresariais, segurança, qualidade de serviços e rentabilidade.

### 1. Sobre a Manaus Transmissora de Energia S.A.

A Manaus Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Manaus") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília - DF. A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica em 146 (quatorze) linhas de transmissão de transmissão de energia elétrica, com prazo de concessão de 30 anos, para construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão 500 KV Oximimá/ Cairiri/ DC, SE Itacoatiara 500/138 KV e SE Cairi 500/230 KV, no Anexo 6 do Edital do Leilão 004/08-ANEEL. A Companhia possui uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 165,4 milhões, valor que é reajustada anualmente nos meses de julho.

### 2. Nossos Acionistas

A Manaus Transmissora de Energia S.A. possui uma sólida base acionária, responsável pelo planejamento dos negócios, bem como pelo aporte de capital e investimentos necessários para a manutenção de suas atividades. Seus acionistas são: Evtz Participações S.A., com 50,5% das ações ordinárias e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras") com 49,5% das ações ordinárias da Manaus.

### 3. Governança corporativa

A Manaus está comprometida com as melhores práticas de gestão e de governança corporativa. A Alta Administração tem experiência significativa no setor, além de ser assessorada pelos acionistas e pelos seguintes órgãos da Companhia:

	Evtz	Eletrobrás	Total
Conselho de Administração	2	2	4
Conselho Fiscal	1	2	3
Diretoria Executiva	1	2	3

**Conselho de Administração CA:** é formado por quatro membros titulares. O CA é responsável: (i) por estabelecer a estratégia da Companhia e definir o propósito da Companhia; (ii) por estabelecer a estrutura da Diretoria, além de supervisionar o exercício de suas funções; (iii) por manifestar-se sobre as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e as contas da diretoria, elaborados ao término de cada exercício social, dentre outras funções.

**Conselho Fiscal - CF:** de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o CF é um órgão societário independente da Administração. O Estatuto Social prevê um CF não permanente e deve ser composto de no mínimo 3 e no máximo 5 membros.

### Balancos Patrimoniais (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo</b>		<b>247.050</b>	<b>276.663</b>
Circulante		46.930	76.414
Caixa e equivalentes de caixa	4	48	-
Títulos e valores mobiliários	5	14.334	21.199
Contas a receber	6	1.411	1.411
Depósitos vinculados	7	15.564	7.736
Tributos a recuperar	8	165.058	159.498
Ativo de contrato da concessão	9	5.111	10.414
Outros ativos	10	1.670.812	1.674.912
<b>Não circulante</b>		<b>1.670.812</b>	<b>1.674.912</b>
Depósitos vinculados	11	37.453	38.207
Provisões judiciais	12	964	868
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	196.169	237.633
Ativo de contrato da concessão	14	1.436.101	1.398.101
Intangível	15	124	92
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.917.862</b>	<b>1.951.575</b>

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

#### 1. Contexto operacional

A Manaus Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Manaus") é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Brasília - DF. A Companhia foi constituída em 22/04/2008 com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, operação, manutenção e construção de instalações elétricas, bem como a operação e manutenção do sistema elétrico brasileiro interligado, sob o regime de transmissão de milhões, uma redução de 17% em relação a 2018, e uma margem EBITDA no exercício corrente de 90%. O lucro líquido, atingiu R\$57,9 milhões, uma redução de 26% em relação a 2018, principalmente, em função do acimo reportado. A Manaus encerrou o ano com caixa livre positivo de R\$ 46,9 milhões e capacidade plena de cumprir suas obrigações e dar andamento em seu plano de negócios. A Manaus, por conta de obrigações a serem cumpridas no início do ano de 2020, necessitou de reforço de liquidez para cumprir com tais obrigações, tendo sido realizado o contrato de concessão de serviço público de energia elétrica com prazo de concessão de 30 anos, com início em 10/01/2020, com o objetivo de garantir as reservas dadas em garantia aos empréstimos junto a BNDES e BASA. Como os financiadores não aprovaram a tempo, a Manaus teve que captar um capital de giro de R\$ 29 milhões junto ao banco Itaú. Esse capital de giro será pago assim que os financiadores aprovarem as substituições. As perspectivas para 2020 são melhores, o que nos motiva ainda mais a seguir resilientemente, determinados para continuar a trilhar o caminho da excelência operacional e financeira. Mais do que nunca, queremos ser reconhecidos como uma das empresas de referência no setor elétrico no que tange às boas práticas empresariais, segurança, qualidade de serviços e rentabilidade.

#### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de preparação e apresentação. Declaração de conformidade.** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, reconhecidas e aprovadas pelo Comitê de Normas Contábeis do Brasil (CNCPC). Estas demonstrações financeiras apresentam informações comparativas com o exercício anterior. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31/12/2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 03/03/2020. **Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram apresentadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando aplicável, conforme descrito no item 2.2. **2.2. Moeda funcional e unidade de mensuração.** O moeda funcional e unidade de mensuração da Companhia é o Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de perda de valor, normalmente, com prazo de vencimento inferior a três meses da data de balanço. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.4. Instrumentos financeiros.** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **2.4.1. Ativos financeiros.** O reconhecimento inicial de mensuração. Ativos financeiros são classificados em ativos financeiros não mensurados pelo valor justo ou em ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão desses ativos financeiros. **Custo amortizado.** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado quando tem finalidade de receber fluxos de caixa contratuais quando o objetivo é de ativos financeiros, incluindo, mas não se limitando a, títulos de renda fixa, quando os fluxos de caixa são mensurados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio de resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio de resultado. **2.4.2. Passivos financeiros.** O reconhecimento inicial de mensuração. Passivos financeiros são classificados em passivos financeiros não mensurados pelo valor justo ou em passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado. Os passivos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio de resultado compreendem passivos financeiros mantidos para negociação, passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou passivos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. **2.4.3. Compensação de saldos.** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5. Ativo de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica (CCSE) é um contrato de concessão de serviço público de energia elétrica, com prazo de concessão de 30 anos, para construção, operação e manutenção da linha de transmissão de transmissão de milhões, uma redução de 17% em relação a 2018, e uma margem EBITDA no exercício corrente de 90%. O lucro líquido, atingiu R\$57,9 milhões, uma redução de 26% em relação a 2018, principalmente, em função do acimo reportado. A Manaus encerrou o ano com caixa livre positivo de R\$ 46,9 milhões e capacidade plena de cumprir suas obrigações e dar andamento em seu plano de negócios. A Manaus, por conta de obrigações a serem cumpridas no início do ano de 2020, necessitou de reforço de liquidez para cumprir com tais obrigações, tendo sido realizado o contrato de concessão de serviço público de energia elétrica com prazo de concessão de 30 anos, com início em 10/01/2020, com o objetivo de garantir as reservas dadas em garantia aos empréstimos junto a BNDES e BASA. Como os financiadores não aprovaram a tempo, a Manaus teve que captar um capital de giro de R\$ 29 milhões junto ao banco Itaú. Esse capital de giro será pago assim que os financiadores aprovarem as substituições. As perspectivas para 2020 são melhores, o que nos motiva ainda mais a seguir resilientemente, determinados para continuar a trilhar o caminho da excelência operacional e financeira. Mais do que nunca, queremos ser reconhecidos como uma das empresas de referência no setor elétrico no que tange às boas práticas empresariais, segurança, qualidade de serviços e rentabilidade.

5 membros efetivos, com igual número de suplentes. Suas responsabilidades consistem em fiscalizar as atividades da Administração, rever as demonstrações financeiras e reportar suas conclusões aos acionistas.

**Diretoria Executiva:** é constituída por dois Diretores eleitos pelo Conselho de Administração, com mandatos de um ano, sendo um Diretor Administrativo Financeiro e um Diretor Técnico, os quais exercerão suas funções nos termos das atribuições estabelecidas no Estatuto Social.

### 4. Desempenho operacional

A Manaus demonstra competência técnica e capacidade de manter a disponibilidade dos seus ativos em elevados patamares. Em 2019 a Companhia ocorreu em penalidades ocasionadas por eventos adversos, o que provocou a paralisação temporária de determinados equipamentos, ao total 11 transformadores. A Companhia demonstrou agilidade operacional, imediatamente substituindo os equipamentos danificados, bem como acionando as reservas de manutenção para garantir eventuais coberturas através das apólices contratadas. Adicionalmente, registramos provisão para perda por indisponibilidade de equipamento ocasionados por acidente no banco de baterias e compensador estático no final/2/2019, que estão em processo de substituição, com também em análise pela seguradora. A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Apesar das perdas registradas por indisponibilidade a Companhia alcançou a média de 95% de disponibilidade em 2019.

### 5. Desempenho econômico-financeiro

Indicadores (em milhares de reais)	2019	2018
Lucro líquido do exercício	74.894	101.542
Resultado financeiro	48.907	45.822
Imposto de renda e contribuição social	43.228	53.549
EBITDA - CVM nº 527 (1)	167.029	200.913
Reversão encargos setoriais	-	(9.260)
- Acordos - Processos judiciais/contingências	193	-
- Ajuste de débitos/créditos fiscais	(3.349)	3.781
EBITDA - AJUSTADO(2)	163.874	195.434
Receita operacional líquida	184.603	214.015
Margem EBITDA	90%	94%
Margem EBITDA AJUSTADO	89%	91%

(1) EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA - Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução CVM nº 7, de 04/2012, conforme alterada ("Instrução CVM 527"), conciliada com as práticas contábeis da Companhia. O EBITDA consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização. (2) O EBITDA ajustado são medidas utilizadas pela Administração da Companhia para medir seu desempenho. O EBITDA ajustado é calculado excluindo-se do lucro líquido do exercício os seguintes efeitos: (i) despesa com imposto de renda, (ii) resultado financeiro líquido e (iii) itens não recorrentes. O EBITDA ajustado ficou 17% abaixo quando comparado ao ano anterior, totalizando R\$ 167 milhões em 2019, principalmente em função dos acordos judiciais, reversão tarifária negativa de 8,6% e perdas com indisponibilidades da linha de transmissão no montante de R\$11 milhões.

(Em milhares de reais, exceto os índices)	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	516.133	534.605
Debêntures	147.002	159.326
Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários	46.978	76.414
Depósitos vinculados	37.453	38.207
Divida líquida (3)	579.733	596.365
Patrimônio líquido	1.016.156	941.262
Índice de Endividamento líquido (4)	57%	63%
Índice de Endividamento líquido/EBITDA (5)	3,47	2,97
Índice de Endividamento líquido/EBITDA AJUSTADO (5)	3,54	3,05

### Demonstrações dos resultados

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida	184.603	214.015	
Custos da operação	15	(2.661)	(22.814)
<b>Lucro bruto</b>		<b>181.264</b>	<b>191.201</b>
Recargas (despesas) operacionais		(20.235)	9.712
Despesas gerais e administrativas	15	(31.939)	(3.726)
Outras receitas operacionais		11.704	13.438
<b>Resultado antes das despesas e receitas financeiras</b>		<b>167.029</b>	<b>200.913</b>
Resultado financeiro	16	-	-
Receitas financeiras		6.874	5.565
Despesas financeiras		(55.781)	(51.387)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(48.907)</b>	<b>(45.822)</b>
Imposto de renda e contribuição social	16	(1.112)	(1.015)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>(43.228)</b>	<b>(53.549)</b>
Correntes	12	(1.859)	(6.036)
Diferidos		(41.369)	(47.513)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>74.894</b>	<b>101.542</b>

### Demonstrações dos resultados abrangentes

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	74.894	101.542
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>74.894</b>	<b>101.542</b>

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 01/01/2018	Nota	Capital social	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Adoção do CPC 47, efeito em 17/01/2018		1.255.333	7.291	125.465	-	1.388.089
Lucro líquido do exercício		-	-	-	(548.369)	(548.369)
Absorção de prejuízos		-	(7.291)	(125.465)	132.756	-
<b>Em 31/12/2018 (representado)</b>	<b>13</b>	<b>1.255.333</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(312.704)</b>	<b>941.262</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	74.894	74.894
<b>Em 31/12/2019</b>	<b>13</b>	<b>1.255.333</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(239.177)</b>	<b>1.016.156</b>

de contrato de concessão. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas pelo custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando aplicável, conforme descrito no item 2.2. **2.1. Contexto operacional.** A Manaus Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Manaus") é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Brasília - DF. A Companhia foi constituída em 22/04/2008 com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, operação, manutenção e construção de instalações elétricas, bem como a operação e manutenção do sistema elétrico brasileiro interligado, sob o regime de transmissão de milhões, uma redução de 17% em relação a 2018, e uma margem EBITDA no exercício corrente de 90%. O lucro líquido, atingiu R\$57,9 milhões, uma redução de 26% em relação a 2018, principalmente, em função do acimo reportado. A Manaus encerrou o ano com caixa livre positivo de R\$ 46,9 milhões e capacidade plena de cumprir suas obrigações e dar andamento em seu plano de negócios. A Manaus, por conta de obrigações a serem cumpridas no início do ano de 2020, necessitou de reforço de liquidez para cumprir com tais obrigações, tendo sido realizado o contrato de concessão de serviço público de energia elétrica com prazo de concessão de 30 anos, com início em 10/01/2020, com o objetivo de garantir as reservas dadas em garantia aos empréstimos junto a BNDES e BASA. Como os financiadores não aprovaram a tempo, a Manaus teve que captar um capital de giro de R\$ 29 milhões junto ao banco Itaú. Esse capital de giro será pago assim que os financiadores aprovarem as substituições. As perspectivas para 2020 são melhores, o que nos motiva ainda mais a seguir resilientemente, determinados para continuar a trilhar o caminho da excelência operacional e financeira. Mais do que nunca, queremos ser reconhecidos como uma das empresas de referência no setor elétrico no que tange às boas práticas empresariais, segurança, qualidade de serviços e rentabilidade.

#### 2.1. Contexto operacional

A Manaus Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Manaus") é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Brasília - DF. A Companhia foi constituída em 22/04/2008 com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, operação, manutenção e construção de instalações elétricas, bem como a operação e manutenção do sistema elétrico brasileiro interligado, sob o regime de transmissão de milhões, uma redução de 17% em relação a 2018, e uma margem EBITDA no exercício corrente de 90%. O lucro líquido, atingiu R\$57,9 milhões, uma redução de 26% em relação a 2018, principalmente, em função do acimo reportado. A Manaus encerrou o ano com caixa livre positivo de R\$ 46,9 milhões e capacidade plena de cumprir suas obrigações e dar andamento em seu plano de negócios. A Manaus, por conta de obrigações a serem cumpridas no início do ano de 2020, necessitou de reforço de liquidez para cumprir com tais obrigações, tendo sido realizado o contrato de concessão de serviço público de energia elétrica com prazo de concessão de 30 anos, com início em 10/01/2020, com o objetivo de garantir as reservas dadas em garantia aos empréstimos junto a BNDES e BASA. Como os financiadores não aprovaram a tempo, a Manaus teve que captar um capital de giro de R\$ 29 milhões junto ao banco Itaú. Esse capital de giro será pago assim que os financiadores aprovarem as substituições. As perspectivas para 2020 são melhores, o que nos motiva ainda mais a seguir resilientemente, determinados para continuar a trilhar o caminho da excelência operacional e financeira. Mais do que nunca, queremos ser reconhecidos como uma das empresas de referência no setor elétrico no que tange às boas práticas empresariais, segurança, qualidade de serviços e rentabilidade.

#### 2.2. Moeda funcional e unidade de mensuração

O moeda funcional e unidade de mensuração da Companhia é o Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de perda de valor, normalmente, com prazo de vencimento inferior a três meses da data de balanço. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.4. Instrumentos financeiros.** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **2.4.1. Ativos financeiros.** O reconhecimento inicial de mensuração. Ativos financeiros são classificados em ativos financeiros não mensurados pelo valor justo ou em ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão desses ativos financeiros. **Custo amortizado.** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado quando tem finalidade de receber fluxos de caixa contratuais quando o objetivo é de ativos financeiros, incluindo, mas não se limitando a, títulos de renda fixa, quando os fluxos de caixa são mensurados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio de resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio de resultado. **2.4.2. Passivos financeiros.** O reconhecimento inicial de mensuração. Passivos financeiros são classificados em passivos financeiros não mensurados pelo valor justo ou em passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado. Os passivos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio de resultado compreendem passivos financeiros mantidos para negociação, passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou passivos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. **2.4.3. Compensação de saldos.** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5. Ativo de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica (CCSE) é um contrato de concessão de serviço público de energia elétrica, com prazo de concessão de 30 anos, para construção, operação e manutenção da linha de transmissão de transmissão de milhões, uma redução de 17% em relação a 2018, e uma margem EBITDA no exercício corrente de 90%. O lucro líquido, atingiu R\$57,9 milhões, uma redução de 26% em relação a 2018, principalmente, em função do acimo reportado. A Manaus encerrou o ano com caixa livre positivo de R\$ 46,9 milhões e capacidade plena de cumprir suas obrigações e dar andamento em seu plano de negócios. A Manaus, por conta de obrigações a serem cumpridas no início do ano de 2020, necessitou de reforço de liquidez para cumprir com tais obrigações, tendo sido realizado o contrato de concessão de serviço público de energia elétrica com prazo de concessão de 30 anos, com início em 10/01/2020, com o objetivo de garantir as reservas dadas em garantia aos empréstimos junto a BNDES e BASA. Como os financiadores não aprovaram a tempo, a Manaus teve que captar um capital de giro de R\$ 29 milhões junto ao banco Itaú. Esse capital de giro será pago assim que os financiadores aprovarem as substituições. As perspectivas para 2020 são melhores, o que nos motiva ainda mais a seguir resilientemente, determinados para continuar a trilhar o caminho da excelência operacional e financeira. Mais do que nunca, queremos ser reconhecidos como uma das empresas de referência no setor elétrico no que tange às boas práticas empresariais, segurança, qualidade de serviços e rentabilidade.

#### 2.6. Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia adotou os novos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo CPC em aplicação imediata a partir de 01/01/2018, que são: **2.16. CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes.** A Companhia adotou a CPC 47 usando o método retrospectivo modificado, não reproduzindo os efeitos desse CPC para o exercício comparativo de 2017, com aplicação da inicial norma na data de 01/01/2018. Os ajustes dos saldos contábeis em função da adoção inicial foram registrados em reserva de retenção de lucros. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos de concessão com o cliente. A referência determina que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis e a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento da obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47, as Contas a receber de Implementação da Infraestrutura, até então, classificado como ativo financeiro da concessão, e cujo saldo totalizava, em 01/01/2018, R\$2.482.708 passa a ser classificado como ativo de contrato de concessão, no montante de R\$1.516.420. A diferença dos critérios de mensuração, no montante de R\$966.288 foi contabilizada diretamente em prejuízos acumulados. A taxa a seguir resume os impactos das mudanças de impostos, da transição para o CPC 47 sobre prejuízos acumulados em 01/01/2018:

#### Prejuízos acumulados

Ativo de contrato	(a)	1.516.420
Impostos diferidos	(b)	(417.919)
<b>Total</b>		<b>1.098.501</b>

#### Impactos da adoção do CPC 47

Balanco Patrimonial Ativo	31/12/2019	Ref.	adoção do CPC 47 (Representado)	01/01/2018
Ativo de contrato da concessão	2.482.708	(a)	1.516.420	1.516.420
IR e CS diferidos (b)	-	(b)	(2.417.919)	-
Ativos não impactados	138.810	-	-	138.810
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.621.518</b>		<b>(637.750)</b>	<b>1.983.768</b>

#### Passivo

PIS e COFINS diferidos	(b)	(89.382)		
IR e CS diferidos	(c)	(103.469)		
Ativos não impactados	-	999.830		
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.233.429</b>		<b>(89.382)</b>	<b>1.144.047</b>

#### Patrimônio líquido

Reserva de lucros	1.255.333	-	1.255.333	
Capital social	132.756	(548.369)	(415.613)	
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>988.089</b>		<b>(89.382)</b>	<b>839.720</b>

#### Impactos da adoção do CPC 47

Ativo de contrato	(a)	1.516.420
Impostos diferidos (b)	(b)	(417.919)
<b>Total</b>		<b>1.098.501</b>

#### Impactos da adoção do CPC 47

Balanco Patrimonial Ativo	31/12/2019	Ref.	adoção do CPC 47 (Representado)	01/01/2018
Ativo de contrato da concessão	2.482.708	(a)	1.516.420	1.516.420
IR e CS diferidos (b)	-	(b)	(2.417.919)	-
Ativos não impactados	138.810	-	-	138.810
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.621.518</b>		<b>(637.750)</b>	<b>1.983.768</b>

to, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme prestação dos serviços. 3.2. **Provisões para riscos tributários, trabalhistas e civis.** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 3.3. **Redução ao valor recuperável ("impairment").** Ativos não financeiros - os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de outro ativo ou grupo de ativos (a UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto aqui. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	76	105
Recursos em conta corrente	46.854	76.309
Aplicações financeiras (i)	46.930	76.414

(i) Refere-se a certificados de depósitos bancários remunerados por uma taxa média de 80,69% do CDI, de alta liquidez, prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa, com compromisso de recompra pelas instituições financeiras, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 5. Contas a Receber

	31/12/2019	31/12/2018
Concessionárias e permissionárias	18.124	21.060
Compartilhamento de Instalações	879	130
Provisão de PVI (i)	(4.659)	-
	14.334	21.190

(i) Refere-se a provisão da parcela variável por indisponibilidade da linha de transmissão incorrida no exercício de 2019.

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	13.144	17.764
Vencidos até 90 dias	121	2.719
Vencidos mais de 90 dias	1.069	707
	14.334	21.190

A Administração entende que não é necessário o reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois o CUST celebrando entre a Companhia e o ONS garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

#### 6. Partes relacionadas

	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber	5	5
Contas a pagar	-	-
Receita de Transmissão	-	-

	31/12/2019	31/12/2018
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	5	5

	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber	734	5.905
Contas a pagar	1.067	6.275
Receita de Transmissão	677	6.275
	1.411	1.067

(i) Contas a receber: Refere-se às contas a receber provenientes pela transmissão de energia elétrica. (ii) Contas a pagar: Refere-se a serviços e engenharia prestados pela Elettronorte. As transações com partes relacionadas são decorrentes de operações normais da Companhia, não se constituindo como empréstimos ou transações não usuais. Sobre os saldos em aberto não há incidência de juros e atualização monetária. Em 18/12/2018 os acionistas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. ("Elettronorte") e Companhia Hidroelétrica do São Francisco S.A. ("Chesf") transferiram suas ações por dação em pagamento à Centrais Elétricas Brasileiras S.A., passando esta a deter 49,5% das ações da Manaus. Devido a mudança de controle acionário a Elettronorte e a Chesf deixaram de ser Partes relacionadas. b) Remuneração do membros-chave da Administração. O membros-chave da Administração incluiu os conselheiros. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal chave da Administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Salários e honorários	121	126
Encargos sociais	24	23
	145	149

#### 7. Tributos

	31/12/2019	31/12/2018
a) A Recuperar	10.178	2.434
Saldos Negativos (i)	-	3.421
PERT	1.490	-
PIS e COFINS	3.896	1.881
Outros tributos a recuperar	15.564	7.736

(i) A variação refere-se substancialmente a reclassificação do saldo de PERT a recuperar no montante de R\$ 3.421, R\$ 2.475 referente a constituição de créditos de IRPJ e R\$ 2.546 de atualização de impostos.

#### 10. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	534.605	593.831
Captações	29.013	42.183
Juros provisionados	49.245	(5.056)
Amortização de juros	(48.688)	(48.353)
Amortização de principal	(48.044)	(58.353)
Saldo final	516.133	534.605

Debêntures - BASA. Em 6 de fevereiro e 26/07/2012 foram emitidas a primeira e a segunda série, respectivamente, de debêntures privadas para a BASA de R\$75.000 no valor nominal de R\$1,00 cada uma, totalizando R\$75.000 cada uma. As debêntures são convertíveis em ações a serem subscritas pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, como garantia real e fiduciária, cujo vencimento se dará em 15/02/2029, ocasião em que a Companhia se obriga a proceder ao pagamento das debêntures que ainda estejam em circulação pelo valor nominal atualizado, acrescido da remuneração. A critério da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, do montante total das debêntures subscritas, poderão ser convertidas em ações, com ou sem direito a voto, até o limite de 50% do montante subscrito. Abaixo segue movimentação dos empréstimos e financiamentos em 31/12/2019:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	534.605	593.831
Captações	29.013	42.183
Juros provisionados	49.245	(5.056)
Amortização de juros	(48.688)	(48.353)
Amortização de principal	(48.044)	(58.353)
Saldo final	516.133	534.605

Abaixo segue movimentação das debêntures em 31/12/2019:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	159.326	169.393
Juros provisionados	6.028	23.438
Fair value	(1.029)	(17.055)
Amortização de juros	(7.948)	(7.075)
Amortização de principal	(9.375)	(9.375)
Saldo final	147.002	159.326

As parcelas de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures têm vencimento nos seguintes anos:

	2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total não circulante
BNDES	32.461	32.461	32.461	32.461	32.461	32.462	194.767
BASA	9.375	9.375	9.375	9.375	9.375	189.864	236.739
Debêntures	15.600	15.600	15.600	15.600	15.600	56.119	134.119
	57.436	57.436	57.436	57.436	57.436	278.445	565.625

#### 10.2. Garantias concedidas.

Penhor de 100% das ações ordinárias nominativas da Companhia.

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Alexandre Albuquerque Faustino, Jailson José Medeiros Alves, João Pinheiro Nogueira Batista e Flavio Camara de Sousa	João Assad Thomé Jr. - Diretor Técnico Denise Araujo Francisco - Diretor Administrativo-Financeiro	Luciana Lopes Teixeira Franco, Helena Lopes Basile e Flávia Ewbank Ribeiro Gomes

O Conselho Fiscal da Manaus Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em cumprimento ao disposto no artigo 31 de dezembro de 2019. Com fundamento nos exames realizados e no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. Ernst & Young Auditores Independentes S.S., o Conselho Fiscal é de opinião que referidos documentos estão aptos a serem submetidos à apreciação e aprovação dos acionistas da Companhia.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
Aos Administradores e Acionistas da Manaus Transmissora de Energia S.A. Brasília - DF

Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis da Manaus Transmissora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Manaus Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase. Reapresentação dos valores correspondentes. Conforme mencionado na nota explicativa 2.15, em decorrência da correção de erros, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de

	31/12/2019	31/12/2018
a) A recolher	1.131	1.103
Circulante	-	253
ICMS diferencial a recolher	753	413
PIS e COFINS	18	-
Instituto nacional do seguro social - INSS	245	221
IPTU	2.147	1.990
Outros impostos	847	720
	847	720

#### 8. Ativo de contrato de concessão

Abaixo a movimentação do ativo de contrato da Companhia no período de 2019:

	31/12/2018	31/12/2019
Saldo em 31/12/2018	1.557.604	-
Remuneração do ativo de contrato	215.014	-
Amortização do ativo de contrato	(171.458)	-
Saldo em 31/12/2019	1.601.160	-

Circulante 165.058  
Não circulante 1.436.102

**Contrato de concessão de serviços.** A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, mencionado na nota explicativa 1: **■ Receita Anual Permitida - RAP** - A prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. **■ Faturamento da receita de operação, manutenção e construção.** Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual, a operação, manutenção e construção, reajustado anualmente. **■ Parcela variável** - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

**■ Ativo de contrato de concessão indenizável** - Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo e esgotados todos os prazos e instâncias de recursos, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado. **■ Renovação ou rescisão.** A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

**■ Aspectos ambientais** - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de transmissão. **■ Descumprimento de penalidades** - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido o montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações. **■ PIS e COFINS diferidos** - Refletem os efeitos fiscais diferidos do PIS e do COFINS na aplicação dos procedimentos contábeis relacionados ao CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Em 31/12/2019 o PIS diferido totalizava o montante R\$19.200 (R\$1.379 em 31/12/2018) e o COFINS diferido no montante de R\$88.437 (R\$80.047 em 31/12/2018).

#### 9. Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Serviços (i)	73.162	126.642
Material	575	785
Outros	38	282
	73.775	127.709

Circulante (i) 41.033 36.470  
Não circulante (i) 32.742 91.239

(i) O montante refere-se basicamente aos acordos judiciais efetuados em agosto e setembro de 2019 pagos nos montantes de R\$47.500 e R\$5.500 para Andrade Gutierrez e Só Galpão, respectivamente. Adicionalmente, o montante classificado como não circulante refere-se a parcela a vencer em 2020 junto à Manaus construtora de serviços prestados no montante de R\$32.742 conforme SPA assinado entre a Companhia e a vendedora Abengoa Concessões.

#### 11. Provisões

	31/12/2019	31/12/2018
Ambientais	22.083	25.812
Sobresalentes	19.349	19.473
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	4.901	29.049
Outras provisões	1.849	2.000
	48.182	76.334

Circulante 27.354 47.285  
Não circulante 20.828 29.049

**Provisões ambientais.** Referem-se a provisão de contratação de serviços para atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental. Entre os principais, destacam-se programas de fauna, educação ambiental, comunicação social, diagnóstico socioambiental, gestão ambiental, reposição florestal, compensação ambiental, dentre outros. **Sobresalentes.** Referem-se provisão para aquisição de materiais e peças sobressalentes para formação de reserva técnica para possíveis reposições. **Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas.** A Companhia é parte em processos judiciais de natureza regulatória, trabalhista, civil e tributário, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Companhia substancia a ava-

liação do departamento jurídico interno e na opinião de seus assessores jurídicos externos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição. As provisões referem-se a substancialmente a processos trabalhistas relacionadas a rescisões de funcionários, reclamantes de horas extras e multas de FGTS. a) Movimentação das provisões

	Ambientais	Sobresalentes	Trabalhista, Civil e regulatório	Outras provisões	Total
Em 31/12/2017	26.440	19.473	26.370	2.015	74.298
Atualizações	-	-	4.030	-	4.030
Atualizações	-	-	1.026	-	1.026
Pagamentos	(628)	-	(2.377)	(15)	(3.020)
Em 31/12/2018	25.812	19.473	29.049	2.000	76.334
Adições (i)	-	-	7.856	-	7.856
Reversões (ii)	-	-	(32.173)	-	(32.173)
Atualizações	-	-	169	-	169
Pagamentos	(3.729)	(124)	-	(151)	(4.004)
Em 31/12/2019	22.083	19.349	4.901	1.849	48.182

(i) O montante refere-se substancialmente a reversão de duas causas regulatórias referentes a discussões sobre descontos na RAP. No primeiro trimestre de 2019 ocorreram desdobramentos favoráveis à Companhia, alterando seu prognóstico de perda de provável para remoto. Consubstanciada em opinião de advogados externos, a Companhia efetuou a reversão destes saldos em 31/03/2019. b) Passivos Contingentes. A Companhia é parte integrante em processos judiciais com riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, para as quais não há provisão constituída em 31/12/2019, conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

	31/12/2019	31/12/2018
Cíveis (i)	18.151	96.909
Fundário	8.322	-
Tributários (ii)	9.815	19.777
Trabalhistas	37.046	10.121
	37.024	116.782

(i) Referem-se, principalmente, ações de fornecedores contra a Companhia onde são pleiteados o pagamento de prejuízos sofridos em contrato de empreitada assinado entre as partes decorrentes de descumprimento contratual e cobrança de títulos, dentre outros. (ii) Refere-se aos autos de infração imputados pela SRF de cobrança de PIS/COFINS apurados ao longo do ano 2010 e de manifestação de inconformidade contra despacho decisório que deixou de reconhecer o direito creditório relativo ao saldo negativo de IRPJ apurado no ano calendário 2010. c) Garantias judiciais e fianças

Seguradora	Ramo	Apólice nº	Vigência	Importância segurada	Prêmio
Ecount	Carta Fiança AG	A1-2018/1657-8	Jun/2020	29.276	1.185
Ecount	M.RAP	A1-2018/1688-9	Jul/2018 a Jul/2023	15.408	1.563
Swiss RE	Carta Fiança IPTU	51750013377-00	Jan/2019 a Ago/2019	789.516	5.534
Swiss RE	Carta Fiança PVI	5175001456-00	Ago/2019 a Ago/2024	6.624.731	132.639

O departamento jurídico da Companhia mantém acompanhamento constante dos mesmos. Não é esperado nenhum passivo relevante resultante dos passivos contingentes.

#### 12. Imposto de renda e contribuição social